



Ministério do Turismo Conselho Nacional de Turismo

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO,
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2025
EM SÃO PAULO.

A reunião foi presidida pelo Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos do Ministério do Turismo, Wilken Souto.

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, foi realizada, de forma híbrida (presencial e virtual), a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo (CNT), no Expo Center Norte, Salas Jaçanã 1 e 2, em São Paulo/SP. A sessão foi conduzida pelo **Wilken Souto** (Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos do Mtur e Coordenador da Câmara Temática de Legislação), em representação à Secretária Executiva do Conselho, Cristiane Sampaio. A mesa de abertura foi composta por Ana Carla Lopes – Secretária-Executiva do MTur e Presidente Substituta do CNT, Viviane de Faria – Secretária Nacional Substituta de Infraestrutura, Crédito e Investimento, Bruno Reis – Diretor de Marketing da Embratur e Aldo Valentim – Diretor do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo.

Na abertura, a Secretária-Executiva **Ana Carla Lopes** saudou os conselheiros, destacando a importância de cada encontro para reforçar a articulação coletiva e construir “memórias e histórias” em prol do turismo, e ressaltou o valor dos momentos de confraternização anteriores ao início formal da sessão. Ela agradeceu a presença de todos em nome do Ministro Celso Sabino e enfatizou que a união dos membros fortalece tanto o Conselho quanto todo o setor.

Na sequência, Wilken Souto declarou oficialmente aberta a 64ª Reunião Ordinária do CNT e apresentou uma mensagem em vídeo do **Ministro Celso Sabino**. No vídeo, o Ministro comemorou o ano de 2024 como o melhor da história do turismo brasileiro, com todos os indicadores superando não só o período pré-pandemia, mas também as últimas duas décadas. Ele destacou a conclusão de mais de 800 obras de infraestrutura turística, o aumento dos investimentos em promoção do país e a solidez do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo, manifestando confiança de que as marcas recordes serão ainda superadas. Por fim, desejou um dia produtivo e contribuições decisivas aos participantes.

Viviane de Faria cumprimentou a todos e destacou que o turismo brasileiro continua em seu melhor momento histórico. Ela lembrou que, nos dois primeiros meses de 2025, o país recebeu 2,8 milhões de turistas internacionais — um crescimento de 57 % em relação a 2024 — e que, em fevereiro, desembarcaram 1,3 milhão de visitantes estrangeiros. Em seguida, ressaltou que, em 2024, o Brasil recebeu 6,657 milhões de turistas internacionais (+12,6 % vs. 2023) e que a aviação civil movimentou 118 milhões de passageiros (+5 %), posicionando o país como o quarto maior mercado doméstico de voos no mundo. Ela apresentou a Portaria MTur nº 6/28.03.2025, que substitui a anterior e

disciplina a transferência voluntária de recursos para infraestrutura, e falou das negociações para ampliar em 25 % os voos da Azul durante a COP30, oferecendo 15,2 mil assentos extras em aeroportos estratégicos como São Paulo, Rio, Brasília, Recife e Manaus. Viviane também anunciou a segunda etapa do programa “Conheça o Brasil Voando”, que em 2025 terá 17,8 mil voos e 29,8 milhões de assentos (12 % a mais que em 2024). No campo do crédito, ela informou que a nova edição do FUNGETUR, com condições especiais para mulheres e em conformidade com a Lei 14.133, será lançada em breve, e destacou que, em 2024, o turismo brasileiro captou US \$ 360 milhões em investimentos estrangeiros — um aumento de 40 % sobre 2023 — totalizando US \$ 617 milhões nos dois primeiros anos da atual gestão. Por fim, lembrou o lançamento do guia “Tourism Doing Business” em parceria com ONU Turismo e CAF, e reforçou a importância do Portal de Investimentos do MTur, colocando a SNINFRA e o Ministério do Turismo à disposição do CNT para colaborar com as câmaras temáticas e os próximos projetos.

Wilken Souto agradeceu a apresentação de Viviane e, em seguida, transmitiu um afetuoso abraço de **Cristiane Sampaio**, Secretária Nacional de Política de Turismo, que não pôde comparecer por outro compromisso. Ele passou então à ordem do dia, **informando que a ata da reunião anterior já havia sido compartilhada e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovada.** Wilken lembrou que o CNT conta hoje com **13 câmaras temáticas**, das quais já foram formalmente instituídas as Câmaras de Legislação Turística e de Promoção e Apoio à Comercialização (coordenada por Simone Scorsato), e anunciou que, em 8 de maio, esta última recepcionou o **Plano de Marketing Internacional do Turismo** após ampla consulta interna. Por fim, Wilken convidou **Bruno Reis**, diretor de marketing da Embratur, para apresentar aos conselheiros os resultados desse processo coletivo e o cronograma de lançamento do plano em 19 de maio, no Visit Brasil Summit.

Bruno Reis iniciou sua fala reconhecendo o papel decisivo do conselho na definição das diretrizes do turismo nacional e exibiu um vídeo que resumiu o trabalho da Embratur nos últimos dois anos: os recordes de desembarques (6,77 milhões em 2024), gastos de visitantes (US\$ 7,3 bilhões) e crescimento contínuo projetado para 2025. Ele enfatizou que o plano 2025–2028 foi construído de forma participativa, com diagnósticos baseados em inteligência de mercado, benchmarks internacionais e consultas a estados, trade e “outsiders” (moda, gastronomia, cultura). Destacou a parceria com Sebrae e FGV, os objetivos de curto e longo prazo para atrair 8,1 milhões de turistas em 2026 e 10 milhões em 2027, e reforçou que as metas só serão alcançadas se houver alinhamento de todos os atores — convidando os conselheiros a participarem do evento de entrega no Museu do Amanhã e das oficinas estaduais de devolutiva. Ele encerrou dizendo que o plano visa não apenas posicionar o Brasil no exterior, mas converter essa visibilidade em negócios concretos e crescimento sustentável.

Wilken Souto agradeceu a apresentação de Bruno e, em seguida, transmitiu o abraço da Secretária Nacional de Política de Turismo, Cristiane Sampaio, que não pôde comparecer.

Ele colocou em votação a proposta de renomear a Câmara Temática de Incentivo ao Turismo Doméstico para Câmara Temática de Desenvolvimento do Turismo

Doméstico e convidou Fabiana Oliveira, coordenadora da Câmara, para explicar o ajuste: o novo nome alinharia conceitualmente a Câmara ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Turísticas do Plano Nacional de Turismo, evitando sobreposições com o Programa de Incentivo às Viagens. **Com todos concordes, a mudança foi aprovada,** e Wilken encaminhou os trâmites burocráticos para publicação. Em seguida, **Ana Clevia Guerreiro** (Sebrae Nacional) elogiou o trabalho de Bruno, destacou que o plano atualizado oferece clareza de propósito, conecta os atores em rede e se desdobra em planos estaduais, fortalecendo a mobilização nacional e assegurando que, unindo esforços, o setor de turismo continue a crescer de forma coordenada.

Wilken Souto agradeceu a Ana Clevia e passou a palavra para Ana Carla, que parabenizou

Ana Clevia, Bruno e Fabiana pelo trabalho e reforçou o convite para todos participarem do lançamento do Plano de Marketing. **Em seguida, Wilken submeteu à aprovação a inclusão da BLTA e da ABRAFESTA na Câmara Temática de Legislação Turística,** proposta aprovada por unanimidade, ampliando-a para 43 membros. Ele também informou que foram criadas duas subcâmaras temporárias na Legislação Turística: uma para revisar o cadastro de condo-hotéis (atualizando a regra 60/40%) e outra para discutir aprimoramentos nos aluguéis de temporada, com redações a serem validadas em julho. Por fim, Wilken apresentou e obteve **aprovação para ajustes no Regimento Interno, formalizando o apoio técnico das unidades do MTur às câmaras e simplificando o processo de criação de novas câmaras por meio da ata.** Essas mudanças visam formalizar o apoio técnico que as unidades do Ministério do Turismo já vêm prestando às câmaras e também simplificar o rito de criação de novas câmaras, passando a considerar a própria ata da reunião como suficiente para aprová-las, sem precisar de resoluções adicionais. Após breve exposição de motivos para cada ajuste, a minuta foi submetida à votação e aprovada por unanimidade.

Wilken Souto lembrou que, na reunião anterior, foi apresentada a lista de cerca de dez atos infralegais – entre decretos e portarias – e os 46 projetos de lei que integram a agenda de regulamentação da Lei Geral do Turismo. Ele explicou que os primeiros dez atos precisam passar pela consulta do Comitê Consultivo do Cadastur (CCad), sob coordenação de Cristiane Sampaio e com apoio de Aldo, e convidou este a detalhar o andamento.

Aldo Valentim explicou que cada ato está sendo submetido em blocos a duas semanas de contribuição por parte das entidades do setor, seguidas de reunião de validação no CCad. Os dois primeiros atos (revisão da portaria do Cadastur e normas operacionais de entrada e saída de hóspedes) foram apreciados entre 2 e 6 de abril e serão validados em breve. Os atos de número 3 e 4 (cadastramento de agricultores familiares e aplicação de penalidades) estiveram em consulta de 14 a 21 de abril, com validação programada para o final de abril. Os atos 5 e 6 (ficha nacional de registro de hóspedes e regulamento para plataformas digitais) serão debatidos de 29 de abril a 4 de maio, com reunião marcada para 13 de maio. As normas sobre transporte turístico de superfície, atos 7 e 8, tiveram contribuições de 13 a 18 de maio e serão validadas em 27 de maio. Por fim, os dois últimos atos – ampliação de lista de prestadores e classificação de meios de hospedagem – entram em consulta de 27 de maio a 1º de junho, com validação agendada para 10 de junho. Aldo colocou a equipe à disposição para prestar esclarecimentos ao longo do processo.

Pedro Menezes, do Ministério do Meio Ambiente, alertou que na Câmara dos Deputados tramita um projeto limitando a visitação em parques nacionais — de 30 % para 50 % da área — e, possivelmente, para 80 %, o que representaria um retrocesso para o ecoturismo. Destacou que a prática internacional é de 25 % e solicitou atuação conjunta, sugerindo que o Conselho, via Câmara de Legislação, articule com o relator no Senado, onde o projeto já aguarda votação. Em seguida, **Sérgio, da Academia**, observou que a ficha nacional de registro de hóspedes e outros atos carecem da participação do setor de eventos, defendendo a inclusão de entidades como ABRAFESTA, ABEOC e AMPRO nos grupos de trabalho. Wilken Souto confirmou que esses conselhos e suas contribuições serão oficialmente convidadas para integrar as discussões. **Carolina Negri**, do SINDEPAT, colocou o sindicato à disposição para debater o projeto de lei e sugeriu envolver a Abrasparque na discussão. Por fim, Pedro Menezes reforçou a urgência da mobilização, já que o projeto está pronto para votação no Senado e requer ação imediata.

Wilken Souto encerrou as deliberações recordando a pauta final: o novo decreto de regulamentação da Lei Geral do Turismo, que revoga o Decreto 7.381/2010. Ele explicou que o texto foi enxugado para incluir apenas trechos que exigem detalhamento — como a aprovação presidencial do Plano Nacional de Turismo, a lista de representações

municipais no Sistema Nacional de Turismo, os procedimentos para criação de áreas especiais de interesse turístico na esfera federal, as regras de parcerias público-privadas em marketing e as inovações do FUNGETUR (agora com modalidades não reembolsáveis e fundo a fundo, além de ampliar os beneficiários do CADASTUR). Wilken ressaltou que o decreto não repete itens já previstos em lei para evitar desatualizações e que detalha apenas o que precisa ser explicitado ou atualizado. Ele anunciou que, a partir de amanhã, o texto completo será disponibilizado em formulário eletrônico para contribuições — de 15 a 25 de junho — e que, após reunir as sugestões, o Ministério convocará uma reunião extraordinária do Conselho para aprovar a versão final, visando à publicação até 30 de junho. Por fim, agradeceu a equipe de redação e abriu as falas de três minutos dos conselheiros inscritos.

Fabício Amaral, do Fornatur, lembrou que esteve envolvido na criação da Lei Geral do Turismo em 2008 e reforçou a urgência de que o texto final do decreto — especialmente as regras do Fungetur — seja concluído até julho e publicado com aplicação imediata, sob risco de prejuízos orçamentários e operacionais para estados, municípios e setor privado.

Em seguida, **Ana Carla Lopes** saudou as contribuições e aproveitou para anunciar que o Conselho será consultado, por meio de formulário, sobre as temáticas e produtos que sustentarão a participação brasileira na COP 30, em Belém, além de outros eventos como o Salão do Turismo. Ela destacou também a importância da nova modalidade “fundo a fundo” do Fungetur — agora não reembolsável e aberta a estados, municípios e trade — como instrumento de fomento imediato à infraestrutura turística e à capacitação.

Por fim, **Manoel Linhares, da ABIH**, agradeceu a condução do Conselho e manifestou preocupação com o impacto das plataformas digitais na hotelaria, questionando Ana Clevia sobre a parceria entre o Sebrae e o Airbnb; Ana Carla sugeriu que esse debate siga na Câmara Temática de Legislação para não esgotar o tempo da sessão.

Manoel Linhares aproveitou para reafirmar seu compromisso político com o turismo, garantindo que, caso eleito, continuará a defender o setor no Congresso. Wilken Souto lembrou que a Câmara Temática de Legislação será o espaço adequado para aprofundar esses debates e estender convites às plataformas digitais. **Ana Clevia** reafirmou sua disponibilidade para esclarecer parcerias e pediu que Manoel a contate diretamente em caso de dúvidas. Em seguida, **Rosa Helena** destacou a importância de reconhecer formalmente o município no Sistema Nacional de Turismo — já contemplado na atualização de 2024 — e solicitou atenção especial para garantir que destinos menores também acessem recursos de fundo a fundo sem depender exclusivamente de emendas parlamentares.

Fabício Amaral reforçou que o decreto e a portaria do FUNGETUR devem ser publicados até julho e aplicados de imediato, lembrando que, na prática, muitos municípios não têm projetos prontos para receber emendas; sugeriu a realização de oficinas para apoiar as associações no desenvolvimento de propostas. Por fim, **representantes dos hostels** pediram que a regulamentação esclareça o enquadramento dos albergues de juventude e inclua o apoio do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), garantindo que esses empreendimentos econômicos também sejam reconhecidos e beneficiados pela Lei Geral do Turismo.

Mário Nascimento, da CNM, saudou a Secretária, Wilken e os colegas, elogiou a objetividade da reunião e informou que seu conselho participará da eleição dos 27 representantes municipais no Comitê Gestor da nova reforma tributária (DBS). Convidou o Ministério e a Embratur para o 8º Congresso de Turismo Rural (7–10 de maio em Gramado), para a Marcha Brasília (19–22 de maio) e para o 15º Seminário Nacional de Governança do Turismo (19–21 de junho em Maragogi), reforçando a importância de incluir a CNM no Sistema Nacional de Turismo e de manter o fundo a fundo como instrumento de repasse direto aos municípios. Destacou ainda a recente decisão de

cadastrar produtores rurais no Cadastur — permitindo-lhes emitir nota fiscal sem perder o status de segurado especial — e adiantou a articulação para participação na COP30, com oferta de embarcações para receber gestores, além de parabenizar a criação do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, cuja primeira reunião ocorrerá em 22 de maio.

Wilson Pereira, da CONTRATUH, trouxe à pauta a valorização dos trabalhadores de turismo e hospitalidade, alertando para salários baixos, jornadas exaustivas, alta rotatividade e a precarização pela informalidade nas plataformas digitais. Ele citou matéria recente sobre ameaças à qualidade dos serviços e defendeu uma campanha de valorização do trabalhador do setor, reconhecendo o bom relacionamento com a hotelaria mas ressaltando que as negociações regionais ainda deixam lacunas críticas. Ana Carla Lopes agradeceu as considerações e encerrou o tempo de fala.

Pedro Menezes alertou para um projeto no Senado que pretende privatizar o Corcovado em favor da Cúria — um ponto público e histórico visitado por milhões — e convidou o Conselho a se manifestar. Ele também destacou o lançamento da “Rede Trilhas do Brasil” e pediu contribuições para definir sua governança; Fabiana Oliveira reforçou o convite aos conselheiros para participarem ativamente desse processo.

Cláudio Magnavita registrou falhas na gestão do Corcovado em um recente caso de emergência com um turista, criticou a falta de preparo da Embratur para implementar o visto eletrônico, e levantou preocupações com a disparidade de tarifas hoteleiras em Belém para a COP30. Ele também questionou distorções no PERSE — R\$ 539 mi ao iFood e R\$ 109 mi ao Airbnb — e defendeu apoio público ao Ministro Celso Sabino, cujo mandato à frente do MTur e da ONU Turismo considerou essencial manter.

Ana Carla Lopes encerrou dizendo que o Conselho será comunicado sobre o PL 3490/2024, que agora exclui o Corcovado da proposta de privatização, e passou a palavra a **Pedro Menezes** que reafirmou que se trata de desafetação — não de concessão — e agradeceu ao MTur pela vaga no Conselho antes de partir para seu voo. **Alexandre Sampaio (FBHA)** manifestou apoio incondicional à continuidade do ministro Celso Sabino, elogiou a primeira notificação retroativa a anfitriões de plataformas via Dimob como avanço para equidade fiscal e convidou o MTur e a CNC para uma feira de turismo no Piauí, em 8–9 de maio. **Tatiana Paixão (Coletivo Muda)** sugeriu ajustar o horário das reuniões para não coincidir com eventos e colocou à disposição as 30 organizações que representa para ajudar a moldar o turismo na COP 30, em Belém. **Júlia Lopes (MPor)** celebrou a ampliação do FUNGETUR e apresentou o novo Comitê Gestor do Fenac — instituído por decreto no fim do ano passado — que, em sua primeira reunião em 3 de abril, definiu a criação de um grupo interministerial (MPor, Casa Civil e Fazenda) para regulamentar R\$ 4 bi em créditos às companhias aéreas; a expectativa é fechar prazos, juros e condições na segunda reunião, no início de maio, acelerando a recuperação de aeronaves e a retomada de voos domésticos.

Na fala de encerramento, **Ana Carla Lopes** agradeceu as contribuições de todos, destacou ajustes operacionais — como o esvaziamento natural no final de reuniões longas durante feiras — e reforçou o convite para que o Conselho preste suas visões ao Plano Clima Adaptação na plataforma ColaboraGov até 25 de abril. Em seguida, **Wilken Souto** lembrou os coordenadores de cada Câmara Temática para enviarem seus cronogramas e pendências à Secretaria-Executiva até 30 de maio, solicitou a atualização de e-mails e telefones dos conselheiros e advertiu sobre o uso exclusivo do grupo de WhatsApp para temas institucionais, avisando que as postagens indevidas poderão ser bloqueadas.

Nos agradecimentos finais, Ana Carla leu um texto poético de Toni Sando sobre a importância da amizade verdadeira além de cargos e protocolos, enquanto Ana Paula Jacques, em nome da Embratur, convidou a todos para o lançamento do novo Plano de Marketing Internacional em 19 de maio, no Museu do Amanhã. Wilken concluiu

celebrando a retomada das atividades do Conselho — agora trabalhando de forma técnica e colaborativa — e agradeceu o empenho de cada membro, declarando encerrada a 64ª Reunião Ordinária do CNT.

ANA CARLA LOPES

Secretária Executiva do Ministério do Turismo

WILKEN SOUTO

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos